

# Ministro nega alteração na economia

Olavo Rufino — 10/6/88

**BRASÍLIA** — O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, descartou a possibilidade de mudanças na política econômica, a curto prazo. "Não se troca de política econômica como se troca de sapato", disse o ministro, lembrando que a atual política tem o apoio explícito de 21 governadores — referência à reunião de 16 de maio, no Palácio da Alvorada — e vem balizando toda a negociação da dívida externa.

Costa Couto admitiu que a proposta de aplicação de um redutor da inflação, para indexação da economia, atribuída ao ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, foi examinada pelo Governo, mas apenas como sugestão. Segundo o chefe do Gabinete Civil, outras sugestões podem ser analisadas, mas as metas prioritárias continuarão a ser a redução do déficit público, o enxugamento da máquina do Estado e o aumento da receita.

**Déficit público** — Um assessor do ministro Maílson da Nóbrega disse que a equipe da Fazenda estuda novos cortes de despesas, para reduzir o déficit público, já que não há alternativa de elevação das receitas. Ainda não há medidas definidas, segundo o assessor: "está muito difícil, porque nem o orçamento de 89 está fechando com o déficit de 2%".

Na Seplan, o argumento é o mesmo.



*Costa Couto: ainda há apoio*

Medidas como o redutor da inflação seriam inócuas, quando 45% das receitas do Tesouro provêm da colocação de títulos públicos. Para o próximo ano, as previsões são ainda mais pessimistas, com a queda de receita da União e

o aumento de vinculação de despesas determinado pela Constituinte.

Um assessor do ministro João Batista de Abreu disse que qualquer plano de redução da inflação teria de passar pela mudança da política, um brutal corte de despesas do setor público federal e pela alteração da remuneração dos títulos do governo, com taxação expressiva no curto prazo, para tentar alongar o perfil da dívida interna.

A política salarial do setor público volta a figurar entre as preocupações dos técnicos da área econômica. Um assessor de Maílson disse que não é possível sequer calcular os gastos com salários em julho, em função do acordo que selou o fim da greve no Banco do Brasil. Já o último boletim do Instituto de Pesquisas (Inpes) da Seplan lembra que a diversificação das datas-bases, dentro do Governo, vai gerar pressões pela reposição da URP, a partir de setembro, quando começa o pagamento aos bancários.

Ao descontentamento do funcionalismo somam-se as pressões de ministros, para contratação de pessoal e aumento de verbas. O ministro João Batista de Abreu está "sentado" sobre 12 mil pedidos de emprego, com base nas excepcionalidades do decreto presidencial que congelou as contratações no governo federal.

**JORNAL DO BRASIL**

02 AGO 1988